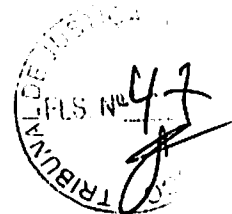




094



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Caúla Reis*

HABEAS CORPUS Nº 212908-6 – CACHOEIRINHA( Vara Única ).

IMPETRANTE: Dr. Washington Cadete da Silva

PACIENTE: **José Edmilson Siqueira Amaral.**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

5729

**EMENTA:** Constitucional. Penal. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Paciente preso em flagrante e, posteriormente, denunciado pela prática do delito tipificado no artigo 14 da Lei nº 10.826/03. Ausência dos requisitos necessários para suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da lei nº. 9.099/95. Alegação de carência de fundamentação da decisão a quo que indeferiu o pleito de concessão de liberdade. Inocorrência. Paciente com personalidade voltada à prática delituosa. Necessidade da prisão cautelar como forma de garantia da ordem pública. Ausência de comprovação nos autos das alegadas condições pessoais favoráveis ao paciente. Constrangimento ilegal não caracterizado. Ordem denegada.

**ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 212908-6, da Vara Única de Cachoeirinha, em que figuram, como impetrante, o Dr. Washington Cadete da Silva, e, como paciente, **José Edmilson Siqueira Amaral**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. **Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho**  
Relator Substituto



095



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Caúla Reis*

HABEAS CORPUS Nº 212908-6 – CACHOEIRINHA( Vara Única ).

IMPETRANTE: Dr. Washington Cadete da Silva

PACIENTE: **José Edmilson Siqueira Amaral.**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

**RELATÓRIO**

O Advogado Washington Cadete da Silva manejou, em favor de **José Edmilson Siqueira Amaral**, pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório, no qual aponta como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Cachoeirinha.

Informa que o paciente encontra-se preso, por força de flagrante delito, desde 27 de fevereiro de 2010, sob a acusação de ter praticado o crime tipificado no art. 14 da Lei nº 10.826/03.

Sustenta, em síntese, que o mesmo faz jus à liberdade provisória, seja porque a pena mínima do referido crime ensejaria a suspensão condicional do processo, seja pela falta de fundamento da decisão a quo que indeferiu idêntico pleito, requerido em favor do paciente, ou, finalmente, em face das suas excelentes condições pessoais e da inexistência dos motivos que autorizem a prisão cautelar.

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls. **07/10**.

O Pleito liminar restou indeferido (fls. **17/18**).

As informações da autoridade apontada como coatora foram prestadas às fls.

**25/35.**

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Luiz Diogo Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. **41/43**).

É o que importa relatar.



096



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Costa Reis*

---

VOTO

---

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus que visa à concessão da liberdade provisória ao paciente, **José Edmilson Siqueira Amaral**, que se encontra preso por força de flagrante, sob acusação de ter praticado o crime de porte ilegal de arma, previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03.

Compulsando os autos, verifica-se que, em 18/03/2010, o Dr. Lauro Pedro dos Santos Neto, Juiz de Direito em exercício da Vara Única de Cachoeirinha, apreciando pedido de concessão de liberdade provisória, formulado pelo paciente, proferiu a seguinte decisão (fls. 09):

*"JOSÉ EDMILSON SIQUEIRA AMARAL, qualificado nos autos do Inquérito Policial em epígrafe, através de advogado regularmente constituído, ingressou com PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA, sob a alegativa de que é primário, tem bons antecedentes e residência* *fixa.*

*O representante do MP se manifestou pelo indeferimento do pedido. É o relatório, decidido.*

*O requerente foi preso em flagrante delito em 21 de fevereiro de 2010, pela prática do crime de porte de arma de fogo, ilícito penal previsto no art. 14, da lei federal n. 10.826/03.*

*O parágrafo único do art. 310, do Diploma Penal Pátrio, assevera que o magistrado concederá liberdade provisória quando verificar pelo auto de prisão em flagrante delito à inoccorrência de qualquer das hipóteses autorizadores da custódia preventiva.*

*Pela análise dos autos, constato que além do crime narrado no presente inquérito, o requerente responde a uma série de outros procedimentos criminais nas Comarcas de São Caetano, Lajedo e aqui nesta Comarca de Cachoeirinha. A que se ressaltar, inclusive, que embora a maioria dos delitos sejam de menor potencial ofensivo, o acusado responde a um processo de corrupção de menores na cidade de Lajedo, crime de enorme gravidade e repercussão social, fatos que nos levam a enxergar o acusado como sendo uma pessoa dada ao cometimento de delitos, os quais atentam contra a paz e a boa convivência social, o que, pelo menos a priori, nos fazem chegar à conclusão de que em liberdade o réu poderá por em risco a garantia da ordem pública.*



097



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Costa Reis*

*No caso em apreciação vislumbro a presença dos requisitos autorizadores da custódia preventiva do réu.*

*A liberdade do requerente pode causar prejuízo à ordem pública, vez que dado ao vício de crimes.*

*Para decretação da custódia preventiva faz-se necessário tão somente a prova do crime e a presença de indícios quanto a sua autoria, além dos requisitos previstos no art. 311 e 312, do CPP, o que vislumbro no caso em apreço.*

*ISTO POSTO, com base no art. 310, p. único, c/c arts. 311 e 312, todos do Código Penal Brasileiro, INDEFIRO o pedido de Liberdade Provisória formulado pelo elemento JOSÉ EDMILSON SIQUEIRA AMARAL.*

*Intimem-se o requerente e seu advogado.*  
*Ciência ao douto rep. do MP acerca desta decisão.*  
*Cachoeirinha(Pe), 18 de março de 2010*  
*Dr. Lauro Pedro dos Santos Neto*  
*JUIZ DE DIREITO'*

Em face de tal decisão, impetrou-se o presente habeas corpus, argumentando, em resumo, que: 1) em tese, é admissível a suspensão condicional do processo referente ao delito pelo qual se encontra o paciente recolhido; 2) há carência de fundamentação na decisão de primeiro grau que indeferiu o pedido de concessão de liberdade provisória em seu favor, e, finalmente, que 3) encontram-se ausentes os motivos autorizadores da preventiva, ressaltando, ainda, as excelentes condições pessoais do acusado.

Da análise dos elementos constantes dos autos não se me afiguram consistentes os argumentos da impetração.

No respeitante a alegação de que o tipo penal comporta suspensão processual e liberdade provisória, apesar de ser um direito subjetivo do réu, este precisa atender aos requisitos legais, o que não ocorre na hipótese dos autos.

Com efeito. Quanto ao benefício do art. 89 da Lei 9.099/95, diversamente do que se afirma a inicial, o delito em comento, sob cuja acusação foi o paciente preso em flagrante e posteriormente denunciado, não pode ensejar a suspensão condicional do processo instaurado, posto que a pena mínima que lhe é cominada é de dois (02) anos de reclusão.

De outra banda, conforme demonstrado nos autos o paciente possui envolvimento em outros feitos criminais, evidenciando a sua periculosidade, bem assim a necessidade da manutenção da medida constritiva, para garantia da ordem pública.



098



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Coutta Reis*

Aliás, impende registrar, que, em 05 de maio de 2010, após da impelração do presente mandamus (em 16-04-2010), o Juízo, indicado coator, apreciou novo pedido de liberdade provisória, em favor de **José Edmilson Siqueira Amaral**, nos seguintes termos:

"(...)Compulsando os autos constato que o acusado JOSÉ EDMILSON SIQUEIRA AMARAL, em sede de defesa preliminar, formulou novo PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA mediante arbitramento de fiança.

O representante do MP mais uma vez se manifestou pelo indeferimento do pedido. É o relatório, decido.

Em primeiro lugar, em nenhum momento este Juízo feriu princípios constitucionais ao indeferir outrora (vide decisões de fls. 105/106 e 115/116, dos autos) os pedidos formulados pelo denunciado. Como bem assevera o douto Promotor de Justiça, muito embora o ordenamento jurídico pátrio consagre o princípio da inocência, em determinadas situações DEVE o Poder Judiciário resguardar a segurança e o bem estar social de elementos que vivem a cometer crimes de forma desordenada. O sistema normativo deve ser interpretado de forma sistêmica. Se por um lado temos a previsão de que a liberdade é a regra, a lei processual penal também prevê a custódia cautelar para casos excepcionais, como o dos autos. De fato, o acusado já cometeu diversos crimes. Diferentemente do que consta no pedido de fls. 131/132, nem todos os delitos cometidos pelo réu são de menor potencial ofensivo. Não podemos perder de vista o fato de que o denunciado responde a um procedimento criminal na Comarca de Lajedo, onde é acusado da prática do gravíssimo crime de corrupção de menores.

Por outro lado, nenhuma das decisões que indeferiu o pleito do réu foi proferida sem a devida fundamentação. Basta analisar o teor de referidas manifestações judiciais. De fato, às partes é assegurado o direito de petição. Todavia, quando o interessado pleiteia benefício de forma sucessiva sem trazer nada de novo aos autos, pode o Magistrado, em virtude do acúmulo de serviços e para não ficar repetindo argumentos, fazer menção aos fundamentos anteriormente apresentados, como ocorreu na decisão de fls. 115/116, oportunidade em que este Juízo apenas apreciou o novo argumento trazido pelo réu, que foi o pedido de arbitramento de fiança.

Noutro plano, não procede a afirmação de que o crime cometido pelo acusado é passível de aplicação das medidas despenalizadoras previstas na Lei n. 9.099/95, que abarca os crimes de menor potencial ofensivo. O crime de porte de arma de fogo tem pena que varia entre dois a quatro anos de reclusão. Considera-se crime de menor potencial ofensivo aqueles a que a lei comina pena máxima in abstracto não superior a dois anos (vide art. 61, da lei n. 9.099/95). Por outro lado, para se fazer jus aos benefícios da suspensão condicional do processo, a pena mínima cominada ao delito tem que ser igual ou inferior a um ano. Referidas circunstâncias não se verificam no caso em análise.



099



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Carla Reis*

Por fim, cabe dispor acerca do instituto da fiança. De fato, trata-se de direito subjetivo do réu, que uma vez preenchidos os requisitos legais não pode ter o pedido de arbitramento indeferido. Todavia, para que esse direito se torne subjetivo, primeiro o acusado tem que preencher os requisitos legais (objetivos) para a sua concessão. Uma vez preenchidos os pressupostos legais, realmente, não pode o Magistrado indeferir o pleito. Tal circunstância, contudo, não se verifica no caso em análise. Em nenhum momento, na decisão de fls. 115/116, este Juízo afirmou que o crime cometido pelo denunciado não era passível de arbitramento de fiança. Ocorre que o magistrado pode em virtude das circunstâncias elencadas no art. 324, deixar de arbitrá-la. Nos termos do inciso IV, do referido artigo, a fiança não será concedida quando se verificarem os motivos que autorizam a prisão preventiva do réu. No caso em apreço os demais pedidos foram indeferidos com base neste sólido argumento.

De fato, constato com indubitável clareza que entre a última manifestação deste Juízo que indeferiu o pedido de liberdade provisória do réu e o presente requerimento nada de novo ocorreu, persistindo os motivos autorizadores da custódia preventiva do réu.

A liberdade do requerente pode causar prejuízo à ordem pública, vez que dado ao vício de crimes.

Para decretação da custódia preventiva faz-se necessário tão somente a prova do crime e a presença de indícios quanto a sua autoria, além dos requisitos previstos no art. 311 e 312, do CPP, o que vislumbro no caso em apreço.

ISTO POSTO, com base no art. 310, p. único, c/c arts. 311, 312 e 324, IV, do Código de Processo Penal Brasileiro, INDEFIRO o pedido de Liberdade Provisória mediante arbitramento de fiança formulado pelo elemento JOSÉ EDMILSON SIQUEIRA AMARAL. Intimem-se o requerente e seu advogado. Ciência ao douto rep. do MP acerca desta decisão. Cachoeirinha(Pe), 05 de maio de 2010."(fls. 34/35).

Nesse passo, correta foi a decisão monocrática que determinou ficasse custodiado o paciente.

Nesse sentido, já decidiu o Supremo Tribunal Federal que:

*"Se o paciente se revela perigoso ao convívio social, pode e deve ser submetido a regime de prisão provisória, no interesse da garantia da ordem pública."*(RTJ 114/199).

Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça:



100



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Costa Reis*

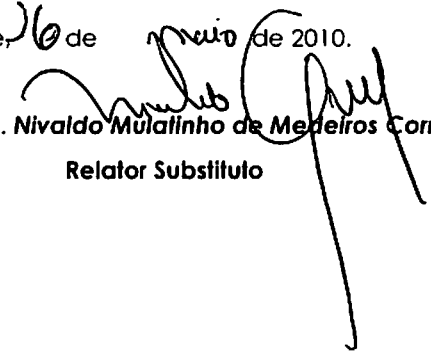
EMENTA: "PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS (EC Nº 22/99). TENTATIVA HOMICÍDIO QUALIFICADO E INCÊNDIO. PERIGO E FLAGRANTE. LIBERDADE.

A periculosidade do acusado, evidenciada diretamente pelas circunstâncias, antecedentes e modus operandi na prática do crime, bastam, de per si, em delitos graves, para embasar a segregação cautelar no resguardo da ordem pública e da instrução criminal. Habeas corpus indeferido." (HC nº 8.430/RS, DJ de 16/08/1999, Rel. Ministro FELIX FISCHER).

Por fim registro que, não há, neste writ, prova suficiente das alegadas condições objetivas favoráveis ao paciente.

À vista do exposto, em conformidade com o parecer ministerial, o meu voto é no sentido de ser denegada a ordem.

Recife, 16 de maio de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
Relator Substituto